

O VISÍVEL E O INVISÍVEL DA PAISAGEM SOCIAL UMA LEITURA DA REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DE GOIÂNIA

THE VISIBLE AND INVISIBLE OF SOCIAL LANDSCAPE
A READING OF GOIÂNIA DOWNTOWN REVITALIZATION

RIBEIRO, Maria Eliana Jubé

Arquiteta, mestre pela Escola de Engenharia de São Carlos-USP e doutoranda em Paisagem e Ambiente pela FAU-USP. É professora da FAU-UCG/Goiânia desde 1984, onde desde 1997 é adjunta e ministra a disciplina de Projeto de Urbanismo e Paisagismo. E-mail: lanajube@zipmail.com.br e/ou meliana.arq@ucg.br.

RESUMO

A cidade é por excelência o lugar das possibilidades, palco das realizações de vida activa preconizada por Hannah Arendt, é, também, o espaço da diversidade, das dualidades, da segregação, enfim, é o espaço das visibilidades e das invisibilidades.

A materialização dessa realidade é bastante concreta nos espaços públicos urbanos, onde a vida cotidiana impõe regras e formas de convivência para além, ou a despeito, do que está preconizado nos planos e projetos urbanos, instituindo, a partir das possibilidades que são dadas, uma nova paisagem social.

Este trabalho faz uma leitura de dois espaços públicos da cidade de Goiânia, que estiveram presentes de forma marcante ao longo de toda a sua história, nesses mais de 70 anos, e que sofreram recentemente modificações, com base em um projeto intitulado "Revitalização do Centro de Goiânia". Na perspectiva de compreender como a paisagem social se realiza, faço uma breve revisão bibliográfica sobre o tema, para a partir destes dados, verificar quais são as oportunidades reais de transformação e, principalmente, quais são as possibilidades de imprimir, a esses espaços, o carácter de ser os lugares da conquista e manutenção dos direitos do cidadão.

Palavras-chave: Visibilidade, invisibilidade, paisagem, sociedade.

ABSTRACT

The city is the place of possibilities, accomplishment spot of "vita activa" defended by Hannah Arendt, but it is the dual, diversity and segregation space, too. Finally, it is the visibility and invisibility place.

This is a palpable reality in urban public spaces, where ordinary life impose rules and forms to people, beyond and despite what is set in the urban plans and projects, establishing, a new social landscape form the possibilities given.

This work is about two public spaces in the city of Goiânia, which have remarkably influenced its history for more than 70 years. These spaces have recently passed through modification, which were based on a project named "Goiânia Downtown Revitalization". In order to understand how the social landscape happens, I will make a brief bibliography review about the topic, so that, from the data collected, I can verify which the real opportunities of transformation are, and mainly the possibilities of giving these spaces the characteristic of being the representation of the citizens' essence, where they can express their rights.

Key words: Visibility, invisibility, landscape, society.

Introdução

Hans, um morador de rua da Avenida Ipiranga de São Paulo, em entrevista, define com clareza a forma diferenciada de as pessoas estarem no mesmo espaço de forma visível, mas ignorada, solenemente, só se reconhecendo nas feridas expostas, ao dizer que "somos parte de um mundo só. Estamos todos juntos, mas não estamos no mesmo mundo. (...) Você tem um mundo e eu tenho outro mundo. Os dois mundos estão em guerra"¹.

As indagações postas, a partir dessa declaração são:

1- como se estrutura o espaço social? e ainda;

2- qual é a origem dessas fronteiras que separam e unificam as contradições sociais em um mesmo lugar, tornando possível a convivência e o diálogo?

A hipótese mais provável é de que a experiência urbana contemporânea propicia uma complexa arquitetura de territórios completamente diversa dos territórios sociais de identidade, tematizados pela antropologia clássica. Os territórios da modernidade constituem-se de lugares e não-lugares, eminentemente públicos, onde o homem, principalmente, os dos extratos sociais menos favorecidos, impõe aos dos extratos sociais economicamente dominantes, responsáveis pela estratificação e segregação espacial urbana, sua presença, sua cotidianidade, reconstruindo, assim, sua identidade roubada.

É Sartre que dá uma definição precisa desse movimento ao dizer que *“cada qual sabe que figura como objeto no campo prático do outro”*².

Faz-se oportuno, neste momento, refletir sobre a paisagem de que estamos tratando. Início, assim, por Dardel que a define como *“portadora de um sentido, porque ela é a marca espacial do encontro entre a terra e o projeto humano. A paisagem é essencialmente mais mundo do que natureza, ela é o mundo humano, a cultura como encontro da liberdade humana como o lugar de seu desenvolvimento na terra”*³.

Sendo assim, a simples observação, de distintos lugares públicos, espaços que são vivenciados e materializados de formas diversas, permite verificar como se configuram as relações sociais, os conflitos e os jogos de poder e a violência intrínseca às diferentes paisagens sociais. Espaços sociais que, ocupando o mesmo lugar, tornam-se palcos de tramas e dramas distintos, que compõem um mesmo enredo.

Dessa forma, as praças, as ruas, as calçadas, os parques, os fundos de vales, os canteiros centrais das avenidas, os viadutos, os terminais de transporte coletivo, entre tantos outros lugares, em que os diversos extratos sociais circulam e usam todos os dias, assumem simbologia e significados sociais e politicamente híbridos, completamente diversos, convivendo entre si, em uma realidade criada a partir das necessidades e do imaginário de cada um, encarnando diferentes papéis, desconhecendo uns a presença dos outros, só se reconhecendo naquilo que os unifica e de certa forma os desestabiliza.

Espaços onde convivem símbolos sociais, políticos, religiosos, monumentais, ambientais e tantos outros impostos pelas esferas públicas burguesas, que ganham novas conotações, e repoliticizam-se ao abrigar as principais tensões e conflitos sociais, expondo publicamente a falta de direitos de grande parte da população, que se materializa nos assaltos, no consumo aberto e ostensivo de drogas, na construção de moradias com paredes e moradores invisíveis, em que as instituições políticas e religiosas encontram um seleiro fértil, para plantar e colher frutos de uma ação forjada que, contudo, perpetua os papéis previamente estabelecidos.

O que caracteriza esses espaços, onde o público e o privado se fundem, é a certeza de que tudo pode acontecer, onde o medo e o risco são elementos constitutivos do lugar, e atinge a todos indistintamente, pois se de um lado os excluídos estão expostos a ações legais, de sua forma eles tiram dos demais cidadãos, de distintas maneiras, aquilo que lhes foi negado.

Convivência cotidiana, regida por regras, que imprimem, na paisagem, as necessidades de cada um, criando o visível e o invisível, onde segundo André Gorz se estabelece a *“unidade exterior da atividade de todos em sua condição de outros”*⁴. Com essa compreensão, pode-se afirmar ser nesses espaços públicos, marcados pelos encontros e desencontros, lugares plurais, onde se materializam as virtualidades humanas, as quais trazem em seu bojo valores próprios e desiguais, em que cada um impõe a sua maneira de sobreviver.

É oportuno, aqui, estabelecer uma outra distinção entre informação, como o que é acessível e fácil de ser aprendido pela livre iniciativa do indivíduo, e comunicação, que significa tudo que é posto em comum, porém, usando de instrumentos capazes de seduzir a vontade e as necessidades humanas, mudando a escala de valores sociais, e, dessa forma, impor a verdade de uns que detêm o poder econômico e os canais de divulgação, sobre a grande maioria oprimida, que passa a incorporar a sociedade de consumo.

Com a globalização, esse fenômeno agrava-se, pois ela torna tudo supostamente visível e acessível, por essa via, segundo Milton Santos, o lugar passa a ser o intermédio entre o mundo e o indivíduo. O desafio, portanto, é a redescoberta do lugar, dentro dessa dimensão global, aquilo que é a sua essência em suas variáveis: objetos; ações; técnica e tempo.

E, é nas cidades, particularmente nas metrópoles, lugar de mobilidade e dos encontros, que se torna possível o rompimento desses limites, ao estabelecerem-se relações de proximidades, as quais não se dão limitadas pela distância, mas essencialmente pela revelação dos pontos em comum, aqui entendidos por laços culturais, gerando fraternidade, o que resulta em solidariedade, e, por isso, cria identidade.

As grandes cidades são, dessa forma, o único espaço capaz de absorver os pobres, expulsos do campo, e abrigá-los dentro de uma diversidade sócio-espacial que se enriquece. Nesse espaço, criam-se os subespaços, lugares onde os excluídos se agregam, abrindo fendas, onde acontece o exercício da solidariedade e a imposição ao outro de sua forma de estar no mundo.

Os pobres que acessam as metrópoles, nesse sentido, são obrigados a olhar para frente, a memória passada não lhe serve para nada em sua nova experiência. Passado o primeiro momento de atordoamento, esse homem começa a assimilar e a assumir a nova cultura, mudando o seu ser. *“Quando essa síntese é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento, e o indivíduo recupera parte do seu ser que parecia perdida”*⁵. Pode-se dizer que, no instante em que essa síntese se dá, a atividade racional é invadida pela atividade simbólica, o que resulta em um novo espaço, o lugar é impregnado de símbolos subjetivos e, assim, os valores são recompostos.

É dessa forma que *“a consciência pelo lugar se sobrepõe à consciência no lugar. A noção do espaço desconhecido perde a conotação negativa e ganha um acento positivo, que vem do seu papel na produção da nova história”*⁶.

Há, entretanto, um outro dado, na modernidade, que vem agravando essa história social, as intervenções espaciais de reabilitação dos espaços urbanos, essas mesmo quando imbuídas de visões de totalidade, se concretizam apenas parcialmente, agravando o problema da fragmentação e o abismo entre os cidadãos.

Revitalização do centro de Goiânia

É neste contexto, que faço a análise do projeto de “Revitalização do Centro de Goiânia”, visto por intermédio de duas ações concretas e interligadas, de recomposição da paisagem sócio-ambiental.

Goiânia, cidade planejada em 1933, pelo arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima, em pleno cerrado brasileiro, teve seu projeto elaborado dentro de todos os princípios em voga na época, com largas avenidas amplamente arborizadas e circundada de parques, o que, além de proteger os leitos e matas, propiciar-lhe-ia, apesar da temperatura bastante quente, um clima agradável para viver.

O desenho, bastante similar ao de Versalhes, com o núcleo de poder ao centro, de onde partiam três grandes avenidas, que levariam: a primeira, ao parque da cidade; a central, a um bulevar

rumo à estação ferroviária; a terceira ao setor comercial e de serviços. Essas avenidas seriam cortadas por outras ruas e avenidas, sendo as principais a Avenida Anhangüera e a Avenida Paranaíba nas quais se desenvolveriam as atividades econômicas formal e informal.



Figura 1:
Planta de Atílio C. Lima

Apesar dos mais variados problemas políticos e econômicos, ao longo de sua existência, a cidade é implantada e cresce, respeitando em parte os planos urbanos que se sucedem ao inicial. Entretanto, a partir dos anos 70, o processo especulativo de ocupação urbana tomou conta de Goiânia, convertendo-a em mais uma cidade brasileira de exclusão social e econômica. O resultado direto desse quadro foi a degradação do espaço urbano, com o comprometimento da qualidade de vida de seus moradores.

Essa ocupação irregular dá-se, via de regra, nos vazios urbanos — principalmente no que se refere ao desenvolvimento de atividades econômicas informais — em áreas centrais, em que existe toda uma infra-estrutura implantada e de certa forma onde todos passam. Assim, o centro vai gradativamente sendo abandonado pelos moradores e ocupado por prestadores de serviços e comércio.

É nesse quadro, no qual a segregação espacial espelha a exclusão social, mostrando a divisão entre o rico e o pobre, a formalidade e a informalidade, o legal e o ilegal, que surgiu, em 2001, o projeto revitalização do centro, conferindo a este novas funções, adequadas aos novos paradigmas da população, restituindo-lhes o direito de cidadania, de *Vita Activa* preconizado por Hannah Arendt⁷.

Para que essa tarefa atingisse seus propósitos, foram estabelecidas diretrizes norteadoras do processo de forma a garantir uma ação eficaz, seja no redesenho da paisagem urbana, seja em sua adequação às condições sociais e econômicas da população.

As diretrizes gerais definidas foram as seguintes: 1) inclusão social e econômica; 2) reabilitação da paisagem e do meio ambiente; 3) valorização patrimonial histórica e cultural; e 4) promoção da reocupação do setor central, prioritariamente com habitação para as pessoas que lá trabalham ou transitam diariamente, propiciando a redução do fluxo de veículos, melhorando o trânsito, além de retomar o conceito de lugar de viver.

A ação começou a partir de um dos pontos mais melindrosos da degradação e da ocupação irregular: o comércio de camelôs, que, há 22 anos, encontrava-se instalado, no canteiro central

da Avenida Goiás – o bulevar do projeto de Atilio Corrêa Lima. Ali, havia em torno de 1000 bancas, o que, além de resultar em uma paisagem ambientalmente e esteticamente desestruturada, era foco de marginalidade e de insegurança para a população.

Nesse contexto, a ação mexeu com duas questões fundamentais da existência humana: a “vida cotidiana” e os “sonhos” de realização e de cidade de todos os goianienses, na medida que fez interferências em espaços públicos, urbanos, centrais, carregados de história e simbologias, e de forma direta com a vida do comércio formal e informal que, naquele espaço, digladiavam-se, na luta diária da sobrevivência.

Vida cotidiana que representa como bem argumentou Agnes Heller¹ a “essência da história”.

Cabe lembrar que, a cidade e seus espaços públicos, para os extratos de renda média, representa o lócus da insegurança, entretanto, para os extratos de renda baixa é, exatamente, nesses espaços que se encontra a possibilidade de exercer o direito à cidadania. O sonho que representa, para o cidadão, a não “aceitação resignada da impotência de todos os dias, mas a vivência do estranhamento mediada pela consciência crítica dessa impotência”².

O sonho, nessa medida, na modernidade não se afirma como transformador, mas, apenas, aponta o desencontro do homem consigo mesmo.

Assim, a primeira ação do projeto de revitalização foi a implantação do Mercado Aberto, elaborado pela arquiteta Lúcia de Fátima Scorel, localizado na praça central da Avenida Paranaíba, entre as ruas 68 e 74, em dois grandes canteiros, seccionados pela Avenida Goiás.



Figura 2:
Mapa da situação do Mercado Aberto

A escolha do local deu-se privilegiando alguns critérios que possibilitariam tanto a implantação como a sustentabilidade da intervenção proposta, tendo em vista que a reabilitação da paisagem, da maneira como vinha sendo conduzida, pressupunha elegância de desenho e formas sem, contudo, expulsar os camelôs do lugar. Para tanto, buscou-se, no projeto original, uma área que o arquiteto destinara às atividades comerciais informais de Goiânia – como feira livre

– de maneira a não descaracterizar o desenho da cidade, além de garantir a permanência dos trabalhadores informais nas proximidades de origem de seus locais de trabalho.

Esse lugar, o canteiro central da Avenida Paranaíba, naquele momento, encontrava-se muito degradado, com mongubas bastante velhas e com sérios problemas fitopatológicos, além do que suas raízes arrebatavam o calçamento, deteriorando o passeio público, não permitindo que esse cumprisse sua função de local de passagem e permanência do cidadão.

Com a implantação dessa grande praça de comércio e lazer, cada canteiro passou a contar, com toda a infra-estrutura necessária à atividade proposta, tais como: sanitários, copa, gradil baixo, iluminação especial, além de guaritas de administração e fiscalização, sede da associação dos moradores e do posto policial, que cumprem a parte de manutenção e segurança do conjunto.

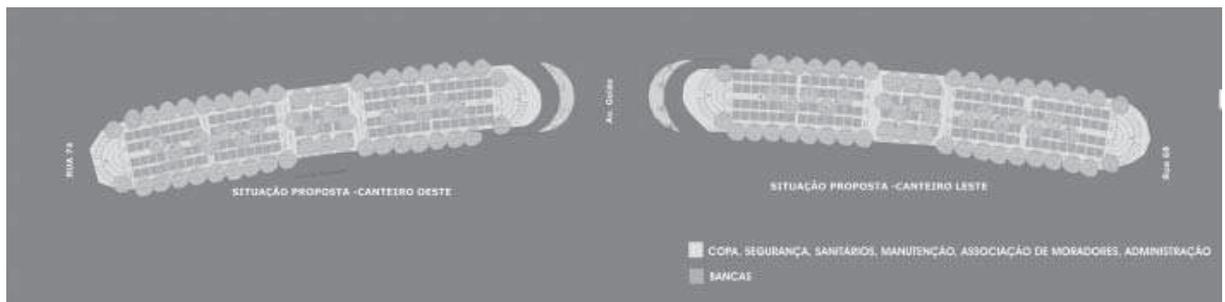


Figura 3: Planta do Mercado Aberto



Figura 4:
Vista parcial do Mercado Aberto
Foto: Renato Cury/2004, Gecentro

Inaugurado em maio de 2003, o Mercado Aberto é hoje um espaço de múltiplo uso, que possibilita tanto o funcionamento da feira como de diversas outras atividades de lazer e descanso, entretanto possui ainda graves problemas de conforto – insolação e proteção da chuva – e

paisagismo que devem ser resolvidos. Todavia, seus ganhos são indiscutíveis, tanto para os trabalhadores informais, que saíram da prática marginal para uma ação de trabalho organizado, quanto para o comércio formal, que comemora um significativo aumento de movimento, bem como, e fundamentalmente, para a população em geral que ganhou em mobilidade, segurança e lazer, aliados a um ambiente simples, porém apropriado, e em equilíbrio com a cidade, reconhecendo que *“no lugar cooperação e conflito são a base da vida em comum”*¹⁰.

A ação seguinte que integrou esse quadro foi a recomposição paisagística da Avenida Goiás. Objeto de concurso público, o projeto teve como ganhador o arquiteto Jesus Henrique Cheregatti. Sua marca foi a releitura e resgate das características do traçado original da cidade, valorizando as formas Art Déco, presentes em diversos edifícios ao longo da Avenida, ao preservar e ressaltar os monumentos existentes no canteiro central como instrumentos de reabilitação da identidade goiana. Todavia, ele, introduz, também, novos equipamentos e mobiliários, atendendo à realidade de desenvolvimento atual, tornando-a afinada não só com a cultura de seu povo, mas também com os paradigmas da vida urbana daquele momento.

A implantação do projeto teve início com a transferência dos ambulantes, que ocupavam a área, para o Mercado Aberto. Este espaço foi inaugurado em 23 de outubro de 2003, às vésperas das comemorações dos 70 anos da cidade de Goiânia.

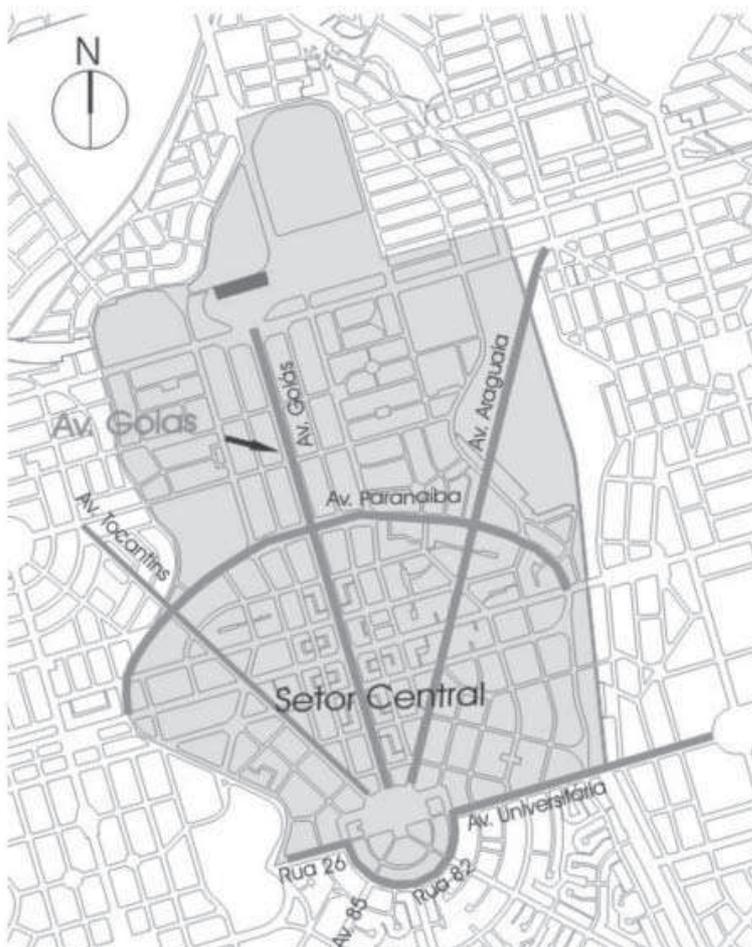


Figura 5:
Mapa de situação da avenida Goiás

Os canteiros centrais foram readaptados com algumas marcações e espécimes vegetais do hábito local, como buchinhos e grama baixa. A maioria das espécies escolhidas é nativa do cerrado, adequadas ao clima e ao solo da cidade.

A Avenida ganhou calçamento de pedra portuguesa com um desenho feito a partir da forma da flor do ipê; luminárias com design característico, remetendo-se às originais ali existentes; espelhos

d'água para amenizar a temperatura; caramanchões com trepadeiras e bancos distribuídos ao longo de todo o percurso do passeio central.

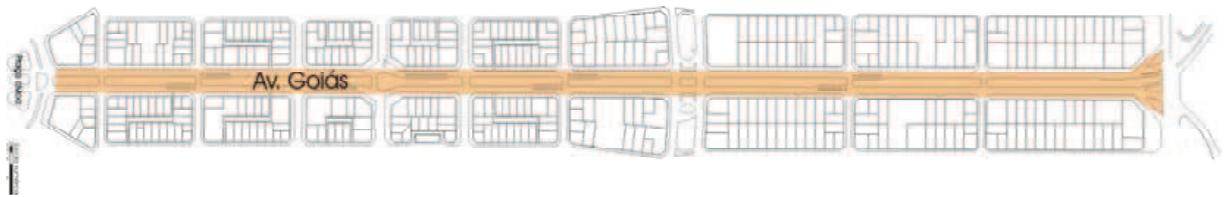


Figura 6: Planta da avenida Goiás



Figura 7:
Foto parcial da avenida Goiás
Foto: Vinícius Carrião, Gecentro

O projeto previa, ainda, nesses canteiros pontos para abrigar bancas de jornal e revista, que deveriam vir transferidas dos passeios laterais de modo a liberar as calçadas e a visualização das fachadas da Avenida, muitas em estilo Art Déco, as quais deveriam ser recuperadas, retomando a identidade local perdida.

Considerações finais

Cabe lembrar, no entanto, que o projeto em seu formato completo, previa como já foi dito uma série de ações tais como:

- 1- recuperação e valorização das fachadas, com destaque ao Art Déco, tão presente na Avenida e totalmente descaracterizado por grandes painéis metálicos, que invadiram a cidade de forma poluidora e descontextualizada;
- 2- transferência das bancas de jornal e revista localizadas nas calçadas laterais para as pontas dos canteiros centrais da Avenida Goiás, acompanhando o projeto implantado, de forma a liberar os passeios laterais para os pedestres;
- 3- re-apropriação de espaços – edifícios e lotes – sub-utilizados, dando prioridade à habitação, para atender à demanda bastante representativa, das pessoas que ali trabalham, reduzir o trânsito, qualificar as vias, transformar o perfil do lugar, que possui dias de tumulto e noites de abandono, em áreas permanentemente ocupadas e vivas.

Contudo, a construção dessa nova paisagem foi interrompida, pela nova condução política da cidade, o que, mais uma vez, levará a imobilidade, mesmo que provisoriamente, os usuários do lugar, dificultando a transposição da barreira dos desejos. O que não pode ser esquecido,

porém, é que em momentos, em que é subtraído do cidadão seu direito ao exercício da cidadania, por forças externas à sua estrutura, ele passa a atuar sobre o sistema de objetos, criando suas próprias regras, redefinindo a paisagem, de forma, a permanecer em sua generalidade, invisível, no entanto concreto.

O que se observa, assim, é a construção de uma sociedade segregada social e espacialmente, que age sobre o espaço, com modelos de produção e de consumo altamente diferenciados, estabelecendo a convivência, no mesmo lugar, de comunidades desunidas e isoladas, que realizam no cotidiano suas próprias regras de sobrevivência, onde a violência e a desigualdade são parte do contexto: a cidade real. Em contraposição a essa realidade, as políticas públicas continuam a desconsiderar essa fragmentação e a construir a cidade ideal, em que as classes hegemônicas impõem as regras, e, por isso, a exclusão social é inerente ao modelo adotado.

E, sendo assim, as intervenções urbanas, para além de sua pretensa intenção de agir sobre a territorialidade, adotando uma visão de conjunto, redundam em ações isoladas sobre objetos concebidos para acomodar as novas formas de relações sociais emergentes, e, são incapazes de transformar valores de ocupação em valores de apropriação, sendo estes últimos, os únicos capazes de conferir estabilidade ao espaço.

Dessa forma, as intervenções no ambiente urbano de qualificação da paisagem sócio-ambiental e das relações humanas, exigem, profundas transformações sócio-econômicas e estruturais, que não passam exclusivamente pelo desenho da cidade, mas por decisões políticas de ação sobre o espaço, onde a lógica do projeto individual dá lugar ao projeto coletivo, apontando para um projeto comum de sociedade.

Notas

- (1) ARANTES, Antonio Augusto, p. 106.
- (2) SANTOS, Milton, p. 254.
- (3) BESSE, Jean-Marc, p. 66.
- (4) Ibid., p. 254.
- (5) SANTOS, Milton, p. 263.
- (6) Ibid., p. 264.
- (7) Para Hannah Arendt a *vita activa* designa três atividades humanas fundamentais: o “labor”, que é a própria vida e corresponde aos processos biológicos, às necessidades vitais; o “trabalho”, responsável pelo artificialismo da existência humana, nitidamente diferente do ambiente natural, destina-se a prover a sobrevivência; e a “ação”, que corresponde à condição humana da pluralidade, ocorre entre os homens, sem mediação das coisas ou da matéria, é a condição de toda a vida política.
- (8) HELLER, Agnes, p. 37 a 39.
- (9) MARTINS, José de Souza, p. 45.
- (10) SANTOS, Milton, p. 258.

Bibliografia

- ARANTES, Antônio Augusto. *A guerra dos lugares. Paisagens paulistanas. Transformações do espaço público*. São Paulo, Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 2000.
- ARENDETT, Hannah. *A vita activa e a condição humana. A condição humana*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- BESSE, Jean-Marc. *Voir la terre – Six essais sur le paysage et la géographie*, Tradução de Vladimir Bartalini. Arles: Actes Sud/ENSP/Centre du paysage, 2000.
- GOIÂNIA (Município). *Centro de todos. Goiânia. Manual da prefeitura de Goiânia*. Goiânia: Prefeitura, 2004.

HELLER, Agnes. *Estrutura da vida cotidiana. O cotidiano e a história*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. Os lugares invisíveis. In: SIMPÓSIO MULTIDISCIPLINAR INTERNACIONAL "O PENSAMENTO DE MILTON SANTOS E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO".

MARTINS, José de Souza. *(Des)figurações: A vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole*. São Paulo: Hucitec, 1996.

RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. Os projetos e/ou os planos urbanos e o sistema de áreas verdes de Goiânia. *Goiânia. Os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes*. Goiânia: Ed. Da UCG, 2004.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.